

LITERATURA MEDIEVAL

Volume III

ACTAS DO IV CONGRESSO
DA
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de
AIRES A. NASCIMENTO
e
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte
Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Maio de 1993
Depósito Legal: 63840/93
ISBN: 972-8081-06-5

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

A Leitura como Diálogo

I. Crónica de D. Fernando

João Dionísio
Universidade de Lisboa

Poder-se-ia pensar que, integrando na aparência o projecto da crónica geral do reino, os trabalhos historiográficos de Fernão Lopes constituíssem uma espécie de memória do estado, destinada a entrar no arquivo real e a permanecer aí monumentalmente: com o capital simbólico que tem a escrita de toda uma nação, com a falta de uso que é uso reservar aos símbolos. Todavia, o número de manuscritos com as crónicas de Lopes, apesar de não conservarmos testemunhos autógrafos ou contemporâneos do autor, desmente essa versão dos acontecimentos: o seu labor historiográfico foi lido e extensivamente. Na presente comunicação reúno considerações sobre as formas de leitura a partir da *Crónica de D. Fernando*.

Imagine-se que de um texto X conservamos testemunhos produzidos ao longo de vários séculos e que, em relação ao original, as divergências vão aumentando com o passar do tempo. Imagine-se, em particular, que algumas dessas divergências ocorrem em expressões do género **como avedes ouvido, ouvido tendes**, etc., expressões que vão desaparecendo ou deixam o lugar a outras, relatoras de outro modo de transmissão: **já avedes lido, lido tendes**.

A ficção que acabo de expor tem um carácter ostensivamente reductor, mas a sua ligação com casos reais não é pura coincidência. Por exemplo, o manuscrito da segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha* mandado executar pelo Condestável D. Pedro entre 1456 e 1464, omite, entre outros aspectos, as marcas de aparente divulgação oral constantes da primeira redacção [Cintra, 1952: XLI-II e DXV-DXVII]. Sobre o romance francês medieval, Pierre Gallais alinhou vários casos de omissões semelhantes, atribuindo-as ao avanço da leitura silenciosa sobre a leitura articulada [1964: 493].

Infelizmente, esta abordagem revela-se estéril quando aplicada à *Crónica de D. Fernando*. Nem a advertência de Giuliano Macchi, que excluiu do aparato os passos **em que só um dos testemunhos ou um número exíguo dos mesmos apresenta uma lição particular** [pp. LXXXVII-VIII da *Introdução*], à excepção do ms. Ta, atenua a frustração dos resultados obtidos. Com efeito, encontrei apenas um caso digno de nota, que acontece no cap. CXXXIX, ll.24-25: onde na maior parte dos testemunhos, encontramos **como dissemos**, em B1, Ca e N3 há uma lacuna. Trata-se de um caso perfeitamente irrisório, face ao volume de marcas presentes no texto e, principalmente, em vista de esta ausência ter origem material.

Cariz material tem outro tipo de análise, susceptível, também ela, de apurar a modalidade de recepção de um determinado texto, neste particular inalienável do testemunho que o conserva. Mas mais uma vez, a abordagem sai defraudada, agora por inexistência de redacções autógrafas de Fernão Lopes. Por isso, fica-se hoje sem saber que reflexão poderia proporcionar a observação da letra, do número de colunas, do número de linhas, do número de letras por linha, da pontuação, do formato, da decoração [sobre este último aspecto, veja-se a hipótese lançada por Entwistle, 1968: XVIII-XIX].

Por isto, na impossibilidade de contar com um manuscrito autógrafo que permita ponderar os dados materiais alinhados antes, resta levar a cabo, conquanto equívoca, uma análise interna [cfr. Martins, 1978].

Para determinar que um texto foi transmitido oralmente não basta que nele encontremos, a dado momento, a expressão **como avedes ouvido**. Conforme escreve Gallais [1970: 338],

uma andorinha não faz a primavera; na *Crónica de D. Fernando*, quase dois terços dos capítulos exibem fórmulas pelas quais o autor ficciona um diálogo com o seu público ou encena uma teia de referências intratextuais. Na escrita desta crónica, a actividade mais vezes consagrada pelo seu autor ao destinatário é a da audição e a prática que mais frequentemente cabe ao narrador é a de dizer. Nesse sentido, o papel desempenhado pelas expressões em análise terá a ver, em primeiro lugar, com programar o texto para a circulação oral. De certa forma, elas destinam-se a realizar função fática, nas palavras de Malinowski, ou, em termos equivalentes, estabelecer **a priori** o que Jakobson chamou **contacto** [1981: 24].

Mas o **tempo da frol** não se define apenas pelo número de andorinhas, senão também pela posição que tomam no voo, umas em relação às outras. As marcas enunciativas de que tenho estado a falar estão distribuídas irregularmente ao longo da crónica, ocorrendo de modo especial no início de capítulos. Nestes lugares-charneira, ora se retoma o fio da meada deixada no capítulo anterior, ora se recua um pouco mais, até onde ficara suspenso um dos episódios da história. Discurso sensivelmente simétrico quando, muito menos vezes, deparamos com estas fórmulas no fim de um capítulo. É aqui o lugar privilegiado para, em prolepse contida e criadora de expectativas, levantar o véu do que está por contar. Deste modo, em vista da maneira como se dispõem na narrativa, um novo papel, o da coesão, deve ser atribuído a estas marcas. O autor serve-se delas para entretecer a história, para a transformar num **texto** e para orientar o destinatário nos seus meandros.

Que a coesão tenha eficiência, quando o texto se transmite oralmente e quando se transmite por escrito, é coisa que não sofre dúvida. Mas são graus de eficiência diferentes e de qualidades também diferentes. Vejamos como. Um texto pode ser transmitido oralmente ou por escrito na íntegra ou selectivamente. Na íntegra, a dimensão do texto condiciona fortemente a existência de um ou vários períodos de recepção e condiciona de maneira particular a divulgação oral, por natureza mais lenta que a escrita, mais dependente de factores alheios ao indivíduo isolado [cfr. Crosby, 1936: 95]. Quanto à segunda modalidade, a leitura selectiva adquire verosimilhança acentuada se o texto em causa estiver dividido em unidades com autonomia diegética, assim a *Crónica de D. Fernando* (neste ponto particular, distingue-se pouco de escritos de outros géneros, conservados em manuscritos de grande dimensão [Nykrog, 1957: 36]). Se o interessado ler, e encontrar no início do capítulo escolhido **Como avedes ouvido largamente**, pode folhear para trás e procurar ele próprio a zona do livro em que o assunto foi tocado. Em situação oral, há uma diferença de fundo a registar porque, ao ser ouvida aquela entrada, a história enuncia um passado de que não dá conta, entra em falta e o ouvinte sente-se lesado nas condições de que disfruta para receber informação. E essa falta, dentro da opção de leitura escolhida, só se arrisca a ser colmatada se o leitor de serviço, apercebendo-se das circunstâncias específicas em que se está a processar a transmissão, resolver omitir a incómoda expressão inicial.

Seja como for, a coesão interna da *Crónica de D. Fernando* assenta quer em vocabulário característico da comunicação oral, quer da sua congénere escrita. Esta última privilegia a dimensão espacial na auto-referência; daí que quando o autor remete para um ou outro ponto do seu texto, é de lugares que está a falar: **em cima** e **adeante**; por isso, ele implica de modo particular o leitor individual. Ao invés, com a matéria oral, as remissões têm a ver com momentos, o **antes** e o **depois**, e implicam um destinatário colectivo: a audiência.

Acontece que estes dois planos se misturam em vários pontos da crónica, dos quais gostaria de chamar a vossa atenção para um relativo ao autor e outro ao público. Ambos poderiam integrar o conjunto de expressões que programam o texto para ser transmitido por meio da leitura em público. No entanto, as coisas são mais complexas.

No capítulo XLVI, l.3, pode ler-se **Nós dissemos ja em algũus logares**. O uso do verbo **dizer** merece um breve apontamento. Dentro da ficção de diálogo entre o autor e o seu público, não surpreende a predominância desse verbo atribuído ao emissor: para que o público ouça, importa que o autor diga. Convirá lembrar, porém, que, ao lado do verbo **escrever**, é

também ele o predominante quando Fernão Lopes refere os trabalhos e as opiniões de outro autor ou outros autores. Esta equivalência latente entre **dizer** e **escrever** mais é confirmada na expressão em análise através da alusão a **algũus logares**. O narrador, ao declarar **Nós dissemos ja em algũus logares**, não apela à capacidade mnésica do ouvinte, que, podendo, procurará nos recantos da sua memória, a informação agora retomada. Não: o apelo dirige-se aos olhos e aos dedos do leitor, interessado em virar fólhos e identificar segmentos de letras no suporte do livro. É este o referente daquele passo e não qualquer fluxo de palavras que viaje pelo ar. Aliás, o conceito de escrita cronística, patente na obra de Fernão Lopes, está estruturado sobre a organização espacial de conhecimentos dispersos; pelo que no cap. CXIII (1.3), fala da **hordenança de bem estoriar** e no seguinte, (ll.10-11), resiste a abordar as **enjurias e avantajẽes** que D. Henrique demonstrara em relação a D. Fernando, porque, escreve, **ja compridamente som escritas cada hũa em seu logar**.

A segunda expressão, retiro-a do cap. CLXIX, ll.99-100: **as quaaes em cima ja teendes ouvidas**. Passamos assim do domínio do autor-narrador para o do público, onde **ouvir**, prática que se desenvolve no tempo, parece entrar em conflito com a nota espacial, **em cima**. Ao invés do que sucede com **dizer**, no caso anterior, não há possibilidade de remeter **ouvir** para o vocabulário da escrita. O que se observa é a conciliação de elementos inconciliáveis. A menos que **em cima** refira apenas a relação do autor ou leitor individual com o livro, enquanto **ouvir** se aplica especificamente à recepção auditiva do público. Expressões como **em cima e adeante**, entre outras, constituem os herdeiros em vernáculo de marcas (**supra**, **infra**) utilizadas pelos exegetas da Bíblia para localizar partes dos respectivos comentários. Já Saenger [1981: 391] ligou o aparecimento destas marcas no séc. XII ao avanço da leitura privada sobre a leitura em público.

Na verdade, o cruzamento dos planos e a existência de expressões que aparentam excluir a oralidade da transmissão do texto denunciam a importância crescente da leitura silenciosa. Portanto, das duas uma: ou as expressões de índole oral resultam de uma bagagem retórica sem referente, memória de outros tempos e de outros textos em que a divulgação pela voz estava prevista e era cumprida. Ou então, à semelhança do Venerável Beda, que endereça os seus escritos ao **auditor sive lector** [Crosby, 1936: 90], o conjunto de marcas tratadas tentam preencher a imprevisibilidade da recepção e programam tanto a leitura silenciosa, quanto a articulada. A meu ver, esta segunda interpretação afigura-se mais pertinente.

Observemos até que ponto o utente das crónicas confirma esta tese. Não sendo seguro declarar peremptoriamente o destinatário da *Crónica de D. Fernando*, e das restantes obras de Fernão Lopes, não arriscaria muito se apontasse a nobreza da corte portuguesa e, talvez em especial, D. Duarte. Quanto à primeira, atente-se na provável interpolação, notada por Teresa Amado, na parte da *Crónica de D. João I* que trata da linhagem dos Braganças, feita numa altura em que Fernão Lopes já falecera: os senhores de Bragança devem ter estado na origem do prolongamento da informação linhagística onde são referidos os títulos dos netos de Nuno Álvares Pereira [Amado: 104-109]. Contemporaneamente, no que diz respeito a D. Duarte, pode objectar-se que ele é apenas um monarca que promoveu a elaboração da crónica geral do reino quando Fernão Lopes dela estava encarregado. Lembre-se, porém, que Lopes escreve a maior parte da sua obra durante os reinados de D. Duarte e na regência do infante D. Pedro; que, pelo menos em 1418, é escrivão dos livros do então infante D. Duarte; que o interesse deste último pelo trabalho historiográfico fica patente logo em 1419 ao ter sido ele a promover a redacção de uma crónica dos primeiros reis de Portugal; recorde-se que é D. Duarte a cometer, a Fernão Lopes, em carta régia datada de 1434, o projecto de **poer em caronyca as estorias dos Reys que antyamente em portugal foram** [doc. editado em Freire, 1915: XLV]; finalmente, é ainda D. Duarte quem se empenha na aquisição de obras que terão servido ao cronista, tais o *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy e o *De Rebus Hispaniae* de Rodrigo de Toledo [Russell: 11].

Visto o interesse do rei pelo desenvolvimento da obra do cronista, considero adquirida a sua intenção de a consultar. Pese o trabalho de Fernão Lopes ter sido encerrado com D. Duarte já falecido, é útil inquirir sobre o modo como o monarca o poderia ter utilizado. No *Leal Conselheiro*, D. Duarte tem oportunidade de se pronunciar sobre o que julga ser a leitura apropriada. E os termos em que o faz admitem que seja realizada silenciosamente ou em voz alta e em público. De resto, só quando aborda o uso dos *Evangelhos*, alude explicitamente à leitura privada [cfr. Dionísio, 1990]. A propósito, temos em 1451 exemplo concreto de leitura em público, integrada em cerimónia festiva. A saber, o relato sumário dos reinados de Afonso Henriques e Sancho I, redigido já com o fim de ser proferido publicamente aquando dos espousais de D. Leonor, filha de D. Duarte, com o imperador Frederico III [Russell: 13-14].

Por fim, lembrarei que Fernão Lopes foi escrivão da puridade do infante D. Fernando, pelo menos, durante uma quinquena de anos, de 1422 a 1437 [Homem, 1990: 302]. Curiosamente, no cap. CLV da *Crónica de D. Fernando*, alude-se a um dos serviços implícitos no cargo. Sobre os tratados de paz entre D. Fernando e o rei de Castela, Lopes escreve que o rei mandou chamar o seu escrivão da puridade para que lhe lesse o texto dos acordos: **e fez chamar o seu scrivvam da poridade e mandou-lhe que os leesse (ll.30-31); e el-rrei disse que leesse mais adeante, e sobre todo o que duvidasse queria aver seu consselho. O escripvvam tornou a leer (ll. 41-43); e ell feze-os [os trautos] leer outra vez; (ll.88-89)**. A função de escrivão de puridade pode ter um perfil na época de D. Duarte diferente do que tinha no reinado de D. Fernando e principalmente tratados políticos não são crónicas do reino. Importa sublinhar, todavia, a hipótese de que a ficção do diálogo, na qual o escritor finge falar com o público, não seja coisa simplesmente apanhada dos livros e reflecta, em parte, uma experiência pessoal.

Concluindo por agora, o que está em causa neste razoado tem a ver, naturalmente, com o nível de instrução e a capacidade técnica de ler. Mas, mais do que isso, estão em causa hábitos culturais, relações de hierarquia, entre outros factores, responsáveis, num contexto onde a leitura silenciosa se valoriza cada vez mais, pela manutenção da leitura em público, adaptada a cerimónias políticas, acontecimentos sociais e momentos de lazer.

Bibliografia

Edição utilizada:

FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano Macchi, Lisboa: INCM, 1975.

Estudos:

AMADO, Teresa, 1989, *Fernão Lopes e a Crónica de D. João I. O contador de História*, Lisboa (Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1952, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa: INCM, 1983.

CROSBY, Ruth, 1936, «Oral Delivery in the Middle Ages», *Speculum*, XI, 1, pp. 88-110.

DIONÍSIO, João, 1991, «D. Duarte e a leitura», *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, vol. 6 (2), pp. 7-17.

ENTWISTLE, William J., 1968, «Prolegómenos a uma edição de Fernão Lopes» [1934], pp. XIII-XXVII, *Crónica delRei dom João I da boa memória. Parte Segunda*, Lisboa: INCM.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1915, «Introdução», pp. V-LXX, *Primeira Parte da Crónica de D. João I*, Lisboa: Arquivo Histórico Português.

GALLAIS, Pierre, 1964, «Recherches sur la mentalité des romanciers français du moyen âge. Les formules et le vocabulaire des prologues. I.», *Cahiers de Civilisation Médiévale X^e*

- XII^e siècles*, t. VII, pp. 479-493. 1970 «Recherches sur la mentalité des romanciers français du moyen âge. II. Le public et les destinataires», *Cahiers de Civilisation Médiévale X^e-XII^e siècles*, t. XIII, pp. 333-347.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1990, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: INIC—Centro de História da Universidade do Porto.
- JAKOBSON, Roman, 1981, «Linguistics and poetics», pp. 18-51, in *Selected Writings*, vol. III, The Hague, Paris, New York: Mouton.
- MARTINS, Mário, 1978, «Frases de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes», *Itinerarium*, ano XXIII, n. 95, pp. 3-24.
- NYKROG, Per, 1957, *Les Fabliaux. Étude d'Histoire Littéraire et de Stylistique Médiévale*, Copenhague: Ejnar Munksgaard.
- RUSSELL, P. E., 1941, *As fontes de Fernão Lopes*, Coimbra: Coimbra Editora.
- SAENGER, Paul, 1982, «Silent Reading: its impact on late medieval script and society», *Viator*, 13, pp. 367-414.